

Despacho n.º 3/2024

AUTORIZAÇÃO DE CONDUÇÃO DE VIATURAS OFICIAIS POR TRABALHADORES QUE NÃO EXERCEM A FUNÇÃO DE MOTORISTA

Considerando que o Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2000/M, de 5 de julho, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de viaturas oficiais pelos trabalhadores dos serviços e organismos da Administração Pública, ainda que não integrados na carreira de assistente operacional com as funções de motorista, sendo a autorização conferida pelo Dirigente Máximo do Serviço;

Considerando que a medida ali prevista permite, sobretudo, uma maior racionalização dos meios, que se traduz, consequentemente, numa redução de encargos para o erário público;

Considerando que compete à Direção de Serviços de Gestão e Organização, nomeadamente ao Núcleo de Equipamento e Conservação (NEC) garantir a gestão integrada da frota automóvel afeta à DRE;

Considerando que a Orientação Interna nº 1/DRE/2024, de 19 de março, regula que, nos serviços que se organizam em função do calendário do ano escolar e que encerram a sua atividade no mês de agosto, como é o caso do NEC, os trabalhadores devem, preferencialmente, gozar as férias nesse mês, regressando ao serviço no período que antecede o início do ano letivo, com a precedência necessária à preparação e funcionamento dos serviços;

Considerando que, por terem como atividade principal o transporte de crianças e jovens de e para estabelecimentos de ensino, verifica-se um decréscimo da atividade profissional dos motoristas da DRE nos meses de julho e agosto, período no qual a maioria dos assistentes operacionais na área de motorista têm aprovado o seu gozo de férias, resultando numa carência de motoristas para transporte de técnicos que continuem a exercer as suas funções nas interrupções letivas;

Considerando que a Direção de Serviços de Tecnologias e Ambientes Inovadores de Aprendizagem (DSTAIA), mais concretamente a Divisão de Tecnologias, Segurança e Infraestruturas (DTSI), tem a atribuição de "(...) implementar os sistemas necessários ao bom funcionamento das tecnologias educativas digitais, desenvolvendo e assegurando a manutenção das soluções de infraestruturas, comunicações, segurança e proteção de dados" e "(...) reforçar continuamente o nível geral de eficiência, eficácia e segurança informática nos projetos implementados nos estabelecimentos de educação e ensino" da Região Autónoma da Madeira (RAM), o que requer a deslocação de técnicos de informática para além da área do seu domicílio profissional, com vista à realização de ações de manutenção e acompanhamento no exterior;



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

Pelo acima exposto, torna-se impreterível conferir a permissão de condução de viaturas afetas à Direção Regional de Educação a trabalhadores da DSTAIA - DTSI que não possuem a função de motorista.

Assim, nos termos do disposto do n.º 1 e 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2000/M, de 5 de julho, determina-se o seguinte:

1. É conferida permissão de condução das viaturas com matrícula 70-IO-42 e 18-JS-94, viaturas oficiais afetas à Direção Regional de Educação, a Diogo Gonçalo dos Santos Vieira, Diogo José Noite Gonçalves, Paulo Renato Vieira Rodrigues Gouveia e Rúben Fernando Filipe, da carreira e categoria de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, detentores de carta de condução categoria B válida.
2. Os trabalhadores referidos no número anterior ficam assim autorizados à condução do veículo para efeitos de manutenção das infraestruturas tecnológicas dos estabelecimentos de educação e ensino RAM, nos percursos necessários para o efeito, nos meses de julho e agosto de 2024.
3. A permissão conferida nos termos dos números anteriores aplica-se exclusivamente às deslocações em serviço, por estas entendendo-se as que são determinadas por motivos de serviço público.
4. A permissão é conferida pelo presente despacho nos termos do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de novembro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2000/M, de 5 de julho, do Decreto Legislativo n.º 22/2009/M, de 12 de agosto, do Despacho do Diretor Regional de Educação n.º 1/2024, de 16 de fevereiro, referente às Normas e Procedimentos para Utilização dos Veículos Afetos à Direção Regional de Educação e demais legislação aplicável.
5. O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação na página eletrónica da DRE em www.madeira.gov.pt/dre.

Funchal, 02 de julho de 2024

O Diretor Regional de Educação

(Marco Paulo Ramos Gomes)